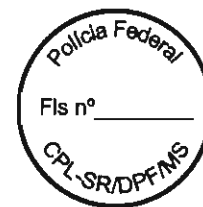




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



Anexo I
Termo de Referência

1. Objeto:

O presente Pregão tem por objeto a formação de Registro de preços para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO – BATERIAS DE NOBREAK - PARA SUPRIR A SR/PF/MS E SUAS UNIDADES SUBORDINADAS**, conforme especificações, quantidades e condições constante no Edital e Anexos.

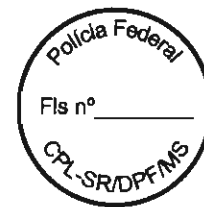
1.1 Material:

item	Descrição	Quantidade	Valor Médio unitário	Valor total previsto
1	Bateria 7 Ah / 12V, chumbo ácida, reguladas a válvula (VLRA), eletrólito absorvido em manta de microfibra de vidro (tecnologia AGM), expectativa de vida útil de 3 (três) anos, seladas, homologação ANATEL (certificado conforme resolução 379), medidas 151x65x100 mm garantia mínima de 2 (dois) anos. - unidade	Polícia Federal 360	R\$ 106,68	R\$ 38.404,80
		Exército 0	0	0
2	Bateria 17 Ah / 12V, chumbo ácida, reguladas a válvula (VLRA), eletrólito absorvido em manta de microfibra de vidro (tecnologia AGM), expectativa de vida útil de 3 (três) anos, seladas, homologação ANATEL (certificado conforme resolução 379), medidas 181x77x167 mm garantia mínima de 2 (dois) anos. - unidade	Polícia Federal 68	R\$ 275,79	R\$ 18.753,72
		Exército 16	R\$ 275,79	R\$ 4.412,64
3	Bateria 40 Ah / 12V, tipo estacionária, livre de manutenção, tampa selada, com visor de nível e carga, homologação ANATEL (certificado conforme resolução 379), medidas 196x166x171 mm garantia mínima de 2 (dois) anos. - unidade	Polícia Federal 50	R\$ 619,71	R\$ 30.985,50
		Exército 0	0	0
4	Bateria 65 Ah / 12V, tipo estacionária, livre de manutenção, tampa selada, com visor de nível e carga, homologação ANATEL (certificado conforme resolução 379), medidas 350x166x179 mm garantia mínima de 2 (dois) anos. - unidade	Polícia Federal 90	R\$ 790,60	R\$ 71.154,00
		Exército 0	0	0

TOTAL GERAL: R\$ 163.710,66



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



Observações.:

- 1 - A garantia contará a partir da data de entrega do material podendo ser solidária entre fabricante e fornecedor, sendo a garantia mínima exigida do fabricante de um ano, objetivando-se com isso a oferta de um produto de qualidade superior com garantia de seu processo fabril e compromisso de suporte ao cliente.
- 2 - As medidas citadas tomam como referência as baterias da marca Unipower, podendo haver variação entre marcas diferentes e mesmo entre modelos diferentes de um mesmo fabricante e neste caso serão analisadas se as medidas variarem mais de 2% para mais ou para menos quando da análise do produto ofertado na licitação.
- 3 - A bateria de 17 Ah tem como base a fabricante CSB sendo admitidas também baterias de 18 Ah.
- 4 - Os materiais objetos do presente processo licitatório são de uso comum em redes de energia ininterrupta de uso comercial e na administração pública municipal, estadual e federal sendo de fácil aquisição tendo suas características definidas no presente edital.
- 5 - Por se tratarem de materiais com componentes químicos que perdem suas características com o passar do tempo, não é interessante manter um grande estoque, além de que a substituição das mesmas é feita de forma programada mediante manutenções preventivas /preditivas sendo, portanto, possível parcelar sua entrega conforme a necessidade de utilização das mesmas.
- 6 - Para os itens relacionados na tabela acima, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante ou importador esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

2. Justificativa da aquisição e da opção pelo sistema de registro de preços:

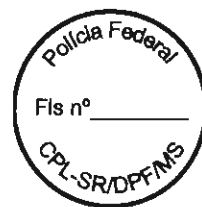
A Superintendência de Polícia Federal e suas Delegacias Descentralizadas possuem um sistema de fornecimento de energia ininterrupta estruturado num sistema de energia com três fontes de alimentação: concessionária de energia, grupo gerador e nobreak's, sendo estes últimos os primeiros a atuarem em caso de oscilação e/ou falta de energia a fim de preservar os servidores de rede de dados.

No intuito de manter o sistema de nobreak's sempre em perfeitas condições de atuação é feita a troca programada de baterias destes equipamentos a cada dois anos pelo menos, visando minimizar os riscos com defeitos por falhas nos bancos de baterias.

Atualmente contamos com aproximadamente 60 equipamentos nobreak's de pequeno, médio e grande portes instalados no estado do MS, sendo que vinte e cinco destes



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



equipamentos tem manutenção preventiva/preditiva constante, com a seguinte quantidade de baterias instaladas:

Baterias (Ah)	Quantidade (Unid.)
7	360
18	72
40	57
70	90

Ainda visando a maior confiabilidade no sistema e também visando à racionalização do uso do recurso financeiro quando da aquisição das baterias, as substituições são feitas de tal forma que 50% das baterias sejam trocadas com intervalo de seis meses e portanto a aquisição seja parcelada a fim de ter um produto sempre novo e em perfeitas condições de uso, dado que, por possuírem componentes químicos, estes perdem suas características ideais se armazenados por longo tempo.

A escolha pelo Sistema de Registro de Preço visa possibilitar a aquisição parcelada (conforme programação de manutenções e substituições de bancos de baterias) dos materiais, uma vez que estes são de uso comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais de mercado.

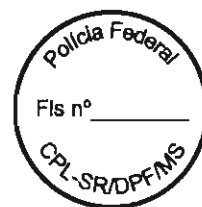
3. Legislação e normas a serem cumpridas na realização dos serviços:

A licitação será efetivada por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, obedecendo às disposições da lei complementar nº.123, de 14 de dezembro de 2006, decreto nº.6204, de 5 de setembro de 2007, lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3.784, de 06 de abril de 2001, nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, nº 3.931, de 19 de dezembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, 4.485, de 25 de novembro de 2002, 5.450 de 31 de maio de 2005, e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho 1993, e suas alterações, pela Instrução Normativa nº 05, de 21 de julho de 1995, do Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado - MARE, republicada no DOU de 19 de abril de 1996, pela lei nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

Observando-se as hipóteses do artigo 10 do Decreto 8.538 de 2015 e com base no inciso II : *"o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado,*



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



justificadamente;" A administração opta por **não deixar exclusivo** a participação na licitação, de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que tal restrição poderá acarretar prejuízos a Administração assim como ocorrido na licitação anterior em que o licitante deixou de cumprir integralmente o contrato acarretando em equipamentos parados por falta de baterias, comprometendo a eficiência do sistema de energia ininterrupta, onerando o contrato de manutenção de nobreak's e colocando em risco os bancos de dados da Superintendência de Polícia Federal o que traria, em caso de perda de dados, prejuízos as operações em curso e as atividades administrativas de difícil mensuração.

4. Observações:

- a) As licitantes vencedoras deverão adotar cautelas especiais para o transporte dos materiais até o endereço indicado.

4.1 Local de Entrega

- a) Polícia Federal

Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul
Núcleo Administrativo
Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 – Vila Sobrinho
CEP. 79110-503 - Campo Grande-MS
Horário para entrega: 08:00h - 11:00h; 13:30h - 17:00h de segunda a sexta-feira.

- b) Exército

9ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército
Rua general Nepomuceno Costa, nº 226 - Bairro Amambai
CEP. 79100-010 - Campo Grande-MS
Horário para entrega: 08:00h - 16:00h segunda a quinta-feira;
08:00h - 11:00h sexta-feira;

4.2 Prazo de Entrega

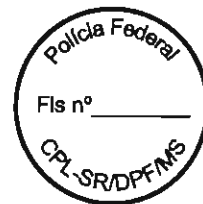
Para fornecimento dos itens: o prazo máximo será de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho.

4.3 Do recebimento do Material

O material adquirido pela Superintendência de Polícia Federal será recebido pelo NAD/SR/PF/MS no endereço citado na **alínea a** do item anterior provisoriamente, sendo recebido definitivamente após verificação da adequação do material entregue com o material solicitado no presente Termo de Referência e ateste da nota fiscal.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



O material adquirido pelo Exército Brasileiro será recebido pela 9ª ICFOX no endereço citado na **alínea b** do item anterior provisoriamente, sendo recebido definitivamente após verificação da adequação do material entregue com o material solicitado no presente Termo de Referência e ateste da nota fiscal.

5. Das obrigações da Contratante e da Contratada

5.1. Obrigações da CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE deverá:

- I. Acompanhar e atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- II. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA;
- III. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

5.2. Obrigações da CONTRATADA

Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá obedecer às disposições do **Anexo III – Direito e Obrigações do SRP**, e ainda:

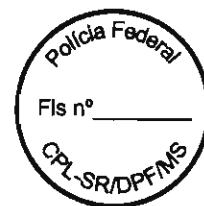
- I. Fornecer o objeto da contratação de acordo com o contratado, substituindo, em até 05 (cinco) dias úteis, materiais recusados por defeito ou irregularidades;
- II. Verificar junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento.
- III. Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante da SR/DPF/MS, inerentes ao objeto da contratação;
- IV. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação ou, caso não seja cadastrado no SICAF, apresentar para cadastramento, que deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, a documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.

6. Do pagamento

- 6.1 -** O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



- 6.2** - O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SR/PF/MS, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, em até o trigésimo (30º) dia da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura pertinente, quando do recebimento definitivo do material, devidamente atestado pelo setor competente. Será admitido o pagamento parcial referente às mercadorias entregues até o final do exercício corrente.
- 6.3** - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.
- 6.4** - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.
- 6.5** - Antes da emissão da Nota de Empenho, será feita consulta "on line" ao SICAF, para verificação da regularidade da empresa.
- 6.6** - Conforme IN conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo "SIMPLES".

7. Das Sanções Administrativas.

7.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação, erros ou atraso no fornecimento e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, a seu critério, isolada ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, aplicar à(s) adjudicatária(s) as seguintes penalidades:

7.1.1. advertência por escrito;

7.1.2. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega dos materiais, até o limite de 10 (dez) dias corridos, calculada sobre o valor da Nota de Empenho, quando não comprovar motivo de força maior ou caso fortuito impeditivos do cumprimento da obrigação assumida dentro do prazo estabelecido, que venha a ser reconhecido pela Administração;

7.1.3. multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total adjudicado, quando a adjudicatária se recusar a receber ou der causa à anulação da correspondente Nota de Empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

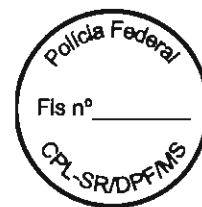
7.1.4 Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega dos materiais, a partir do décimo primeiro até o vigésimo dia, calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

7.1.5 Declaração de inidoneidade quando a adjudicatária, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé.

7.2. As referidas multas serão descontadas do pagamento ou cobradas judicialmente.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM MATO GROSSO DO SUL



7.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a empresa deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo de aplicação cumulativa das multas previstas no Edital, nos termos do parágrafo único do art. nº 14 do Decreto nº 3.555/2000.

7.4. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.


7.5. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na entrega do material advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

8. Da vigência da Ata por SRP.

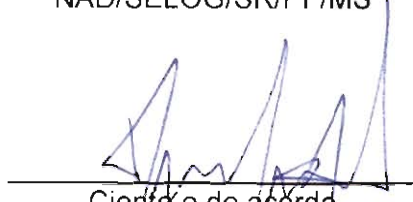
8.1. O prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será de doze meses.

8.2. Na vigência da Ata de Registro de Preços a SR/DPF/MS não se obriga a firmar as contratações de produtos nela contidos, sendo-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Campo Grande – MS, 23 de janeiro de 2016.



Claudemir Mascarenhas Acunha
Agente Administrativo
NAD/SELOG/SR/PF/MS



Ciente e de acordo
Ricardo Cubas Cesar
Ordenador de Despesas SR/PF/MS